

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 26. A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal Superior do Trabalho prestará apoio administrativo e técnico às atividades desenvolvidas pelo LAB-JT. (Redação dada pela Resolução CSJT nº 275, de 28 de agosto de 2020)

Art. 27. Os casos omissos serão dirimidos por ato do Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho. (Redação dada pela Resolução CSJT nº 275, de 28 de agosto de 2020)

Art. 27-A.

A Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho coordenará as atividades pertinentes ao Sistema de Restrição Judicial sobre Veículos (RENAJUD), ao Sistema que interliga a Justiça ao Banco Central e às instituições bancárias (BACENJUD), ao Sistema de Informações ao Judiciário (INFOJUD), ao Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (SIMBA), à Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); e ao Fórum Nacional de Precatórios (FONAPREC).

(Incluído pela Resolução CSJT nº 275, de 28 de agosto de 2020)

Art. 28. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brasília, 24 de fevereiro de 2017.

Ministro **IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO**
Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

RESOLUÇÃO CSJT n. 274/2020

RESOLUÇÃO CSJT Nº 274, DE 28 DE AGOSTO DE 2020.

Altera a redação da Resolução CSJT nº 185, de 24 de março de 2017, que dispõe sobre a padronização do uso, governança, infraestrutura e gestão do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) instalado na Justiça do Trabalho.

O CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO,

em sessão ordinária telepresencial hoje realizada, sob a Presidência da Exma. Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi, Presidente, presentes os Exmos. Ministros Conselheiros Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Aloysio Corrêa da Veiga, Kátia Magalhães Arruda, Augusto César Leite de Carvalho e José Roberto Freire Pimenta, os Exmos. Desembargadores Conselheiros Lairto José Veloso, Nicanor de Araújo Lima, Ana Paula Tauceda Branco, Anne Helena Fischer Inojosa e Sérgio Murilo Rodrigues Lemos, o Exmo. Subprocurador-Geral do Trabalho, Dr. Luiz da Silva Flores, e a Exma. Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA, Juíza Noemia Aparecida Garcia Porto,

considerando as atribuições previstas na Constituição da República, art. 111-A, § 2º, II, especialmente no que concerne à supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus;

considerando a necessidade de regulamentar a prática eletrônica de atos processuais conforme as especificidades do Processo Judicial Eletrônico (PJe) instalado na Justiça do Trabalho e as disposições de direito processual do trabalho e da Lei nº 13.105/2015 – Código de Processo Civil (CPC);

considerando a importância de se garantir a disponibilidade do Sistema Processo Judicial Eletrônico instalado na Justiça do Trabalho;

considerando os impactos da pandemia do novo Coronavírus nas atividades relacionadas à capacitação do Sistema PJe-Calc;
considerando a decisão proferida nos autos do Processo CSJT-AN-8463-42.2019.5.90.0000,

R E S O L V E:

Referendar o Ato CSJT.GP.SG nº 89, de 23 de junho de 2020, praticado pela Presidência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, cujo teor incorpora-se à presente Resolução.

Art. 1º O § 6º do artigo 22 da Resolução CSJT nº 185, de 24 de março de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22. [...]

[...]

§ 6º A partir de 1º de janeiro de 2021, quaisquer cálculos deverão obrigatoriamente ser juntados em PDF e com o arquivo “pjç” exportado pelo PJe-Calc.”

Art.

2º Republique-se a Resolução CSJT nº 185, de 24 de março de 2017, consolidando a alteração promovida pela presente Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de agosto de 2020.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Ministra Presidente

ÍNDICE

Coordenadoria Processual
Resolução
Resolução

1

1

1